



## **Assembleia Municipal de Mação**

### **Acta N.º 10 - 2021/2025**

**Data da Sessão :** 22 de junho de 2023

**Início da sessão:** 10:00 horas

**Términus da Sessão:** 12:30 horas

**A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.**

#### **Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:**

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, José António dos Santos Almeida, Margarida Maria Marques Cardoso, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Vitor Agostinho, Vera Lúcia Marques da Silva, Catarina Alexandra Martins, Octávio Eusébio Rosa, Carla Isabel Silva Loureiro, Cláudia Sofia Marques Cordeiro, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, Rogério Paulo Marques de Matos, Luís da Silva Pires, José Casimiro Gonçalves Pereira, Carlos Alberto Farinha Leitão, Carla Cristina Marques Martins, António Joaquim da Silva Alves, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

#### **Faltas Justificadas:**

Pedro Manuel Marques Jana, César Augusto Mendes Dias, Andreia Alexandra Valério Baço, Luís Filipe Aparício Lopes

#### **Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Manuela Martins Filipe

**Cargo:** Assistente Técnico

# **Assembleia Municipal de Mação**

**Acta N.º 10 - 2021/2025**

**22 de junho de 2023**

## **-----INICIO-----**

--- Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, reuniu em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**
- 2) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos;**
- 3) Discussão e votação de proposta de Regulamento do Cine-Teatro Municipal de Mação.**
- 4) Discussão e votação da Consolidação de Contas do Município de Mação, referente a 2022;**
- 5) Análise do Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas;**
- 6) Análise e eventual deliberação sobre Concessão do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro – Extinção do Procedimento;**
- 7) Discussão e votação do Auto de Transferência de Competências na Área da Saúde.**

## **-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

O Sr. Presidente da Mesa procedeu à instalação da vogal Célia Maria Mendes Rodrigues, com o Cartão de Cidadão 08414316, válido até 7 de setembro de 2028, que substitui a vogal Andreia Alexandra Valério Baço, que justificou a sua fala em devido tempo

Faltaram ainda a esta sessão, os vogais Pedro Manuel Marques Jana, César Augusto Mendes Dias, que justificaram as suas faltas em devido tempo e foram substituídos pelos vogais Vítor Agostinho, Octávio Eusébio Rosa, respetivamente, o vogal Luís Filipe Aparício Lopes, que foi substituído pelo vogal José Casimiro Gonçalves Pereira.

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta referente à sessão ordinária de abril de 2023, a qual foi aprovada por unanimidade, não tendo a vogal Célia Rodrigues participado na votação por não ter estado presente.

Continuou informando os presentes sobre a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

---A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente ao programa que a Câmara tem de recuperação das fontes do concelho, a Fonte Nova de Cardigos, que segundo informação que tem, terá sido a primeira fonte de Cardigos, bem como o acesso à mesma, encontram-se completamente abandonados e deixa o alerta para que, se ainda existe o referido programa de recuperação de fontes, aquela fonte fosse incluída no mesmo e fosse recuperada. Continuou a sua intervenção referindo que, segundo leu nas notícias do Médio Tejo, para esta região entraram três médicos no concurso que esteve aberto, mas nenhum veio para Mação, mesmo com o incentivo que a Câmara dá e que considera ser bom e, relativamente a esta notícia, solicita informação ao Sr. Presidente sobre ponto de situação dos contactos e conversações que o mesmo informou ter tido nesta matéria. Continuou referindo que existe, no Centro Hospitalar do Médio Tejo, um Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Mação e lança o desafio para que a Câmara possa interceder junto do Centro Hospitalar do Médio Tejo para, eventualmente, aumentar este Protocolo com as restantes IPSS's do Concelho de Mação, pois as mesmas têm encargos bastante grandes e um deles é com um médico e, se este Protocolo que existe agora com a Santa Casa da Misericórdia de Mação fosse estendido às outras IPSS's iria ajudar as pessoas e as próprias instituições com a referida despesa. Continuou referindo que a Praia Fluvial de Ortiga recebeu um prémio "5 Estrelas" e solicita informação sobre se a mesma tem nadador-salvador. Terminou a sua intervenção referindo que a Pista da Boavista é da Câmara, é um local que frequenta sempre que há lá provas e questiona a Câmara sobre se existe algum Protocolo com alguma associação e quem é que explora a pista e, se alguém quiser utilizar aquela

pista ou alguma associação lá quiser realizar algum evento, a quem é que tem de pedir autorização para o fazer e se tem de pagar alguma coisa a alguém.

---O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente ao abastecimento de água no concelho e, nomeadamente também na União de Freguesias, no âmbito da Tejo Ambiente, teve a informação de que iriam ser construídos reservatórios novos para ser o ponto de receção da água das novas condutas e solicita informação sobre se vão ser construídos novos reservatórios para depois distribuir água com qualidade pelas aldeias, ou não. Mais referiu que todos sabemos que a água que vai ser agora distribuída para as aldeias é água que tem outro tipo de tratamento e as pessoas dizem que é água do Castelo de Bode e que por isso não presta e que a água das nascentes é melhor, mas essa não é a realidade pois essa água vem tratada e é de qualidade, mas corremos o risco de a colocar para dentro de alguns reservatórios que existem nas nossas aldeias, muito antigos, sem qualidade e pode acontecer que a água não chegue com a mesma qualidade às pessoas. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente ao projeto em execução de limpeza das áquias, no cruzamento do Alto do Pereiro existem grandes áreas já limpas, mas depois verificou que existe uma zona, que se vê que é uma propriedade, que está densamente povoada com áquias e solicita informação sobre se o referido projeto foi implementado em determinada área para limpar tudo, se houve oposição de algum proprietário que não quis a limpeza dos seus terrenos e se há algo que impeça isso pois, naquele caso, parece um canteiro à beira de todo o terreno que já foi limpo. Relativamente às fontes, deixa uma recomendação à Câmara para a fonte da Rua da Fonte Forno, rua que foi requalificada, bem como os muros da mesma e ficaria bem a fonte ser requalificada.

--- O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção referindo que estamos no final de um ano letivo e deixa o seu agradecimento à Câmara pelas obras de ampliação e requalificação realizadas na EB2,3 de Mação e que melhoraram muito as condições que os alunos ali encontram todos os dias. Continuou referindo que ainda dentro daquela empreitada era importante concluir ali mais alguns processos, nomeadamente a recuperação dos placards das salas para possibilitar a afixação de alguns instrumentos pedagógicos.

Continuou deixando uma recomendação que gostaria que a Câmara tivesse em conta, pois representaria mais um salto qualitativo na capacidade da Escola educar as novas gerações, e que é a construção de uma Sala de Alunos, para a qual a Câmara já possui o projeto, com dignidade e com dimensão suficiente para a mesma. Mais referiu que o nosso Agrupamento de Escolas tem uma componente de formação profissional muito importante e, na área da mecatrónica o Agrupamento está muito deficiente de instalações, e considera que devia ser desencadeado um processo para construir, onde fosse possível, num terreno anexo à EB2,3, um espaço onde pudesse decorrer a formação na área da mecatrónica automóvel, eventualmente usando uma parte do terreno onde foram cortadas algumas oliveiras e criando ali um pavilhão onde fosse possível instalar uma oficina para a formação profissional, tentando algum financiamento, pois se tivéssemos essas instalações, poderia ser possível acolher um Centro Tecnológico, com financiamento até 1.700.000,00€ para equipamento, mas sem essas condições não conseguimos fazê-lo.

--- O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção solicitando informação sobre em que estado se encontram as unidades de cannabis instaladas no nosso Concelho. Continuou solicitando informação sobre as causas do abatimento junto à ponte da entrada sul a Mação, que já aconteceu há alguns meses e se a questão está em vias de ser resolvida. Mais referiu que a valeta à entrada de Penhascoso que já tinha sido referida em sessão anterior ainda não foi arranjada, tem muita profundidade, provoca perigo e solicita informação se algo está previsto no sentido de resolver aquele problema. Continuou referindo a questão da Creche, mencionando que estamos numa fase em que tudo indica que já terão iniciado a fase das matriculas e solicita informação sobre se já existe alguma novidade sobre esta matéria e possível apresentação de candidatura por parte da Santa Casa da Misericórdia de Mação, conforme já foi aqui mencionado em anteriores sessões desta Assembleia. Mais referiu que, relativamente aos contentores solicitados à Tejo Ambiente para os eventos e festas de verão, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que esse assunto estava assegurado, mas ainda há pouco mais de uma semana foi feita uma consulta e existe um pagamento em dívida de 50,00€ + IVA para uma associação referente a um contentor que foi solicitado. Solicita informação sobre este

assunto, pois poderá ser portador de resposta sobre o mesmo quando abordado por alguma associação ou comissão de festas. Terminou a sua intervenção referindo que a varredora que faz a limpeza urbana em Mação, as pessoas têm-se queixado e por isso deixa o alerta, levanta as areias existente entre os paralelos, fazendo muito pó e descalçando a própria calçada, não parecendo ser uma boa solução para a limpeza urbana na zona mais antiga da vila, nas ruas de paralelos.

---O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo as questões que foram colocadas. Em seguida referiu que, relativamente às questões apresentadas pela vogal Carla Loureiro e à questão da requalificação das fontes, não era propriamente um programa que existia, existe sim o propósito da Câmara de recuperar as fontes do concelho que justifiquem e, na realidade, é um processo que tem estado parado nos últimos tempos, mas são cerca de duas centenas de fontes e este é um processo contínuo e, relativamente a este caso em concreto referiu não ter conhecimento do mesmo, mas fica registado e considera que faz todo o sentido, sendo a mais antiga de Cardigos e pelo simbolismo que mesma possa ter. Relativamente à questão dos médicos considera que é triste a situação a que se chegou, com responsabilidade de todos e, em relação ao Médio Tejo, das 37 vagas só 3 foram ocupadas e por clínicos que já estavam ao serviço na região, pelo que, em termos líquidos, não há nenhum aumento efetivo de médicos na região. Relativamente ao nosso caso em concreto informou que temos efetivamente negociações muito avançadas com um clínico que poderá vir do ACES da Arrábida e neste momento o processo está mais com o ACES do Médio Tejo e, evidentemente que a Câmara só poderá assinar o acordo no âmbito do Regulamento que aqui foi aprovado, após a sua colocação e o acordo que possa vir a ser estabelecido com o ACES do Médio Tejo, sendo um processo que está em desenvolvimento e o início do trabalho deste médico em Mação não depende da Câmara. Em relação ao Protocolo do Centro Hospitalar do Médio Tejo com a Santa Casa da Misericórdia de Mação, referiu que não tem nenhuma responsabilidade em nenhum órgão da Santa Casa pelo que não é interveniente neste processo, tendo sido convidado pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo para estar presente na assinatura do Protocolo, mas este Protocolo não significa que os médicos do Centro Hospitalar sejam médicos da Santa

Casa, o mesmo serve para assistência para hospitalização domiciliária, ou seja há a possibilidade de um utente não estar internado em ambiente hospitalar, estar internado na Santa Casa e é acompanhado diariamente por médico e enfermeiro do Centro Hospitalar durante a semana e por enfermeiro durante o fim de semana, sendo uma forma de aliviar a pressão nas camas do Centro Hospitalar, não resolvendo, por isso, a sugestão da vogal Carla Loureiro, pois não é disso que se trata. Relativamente à Praia Fluvial de Ortiga referiu que a Câmara Municipal de Mação está, há cerca de 2 anos, à espera da resposta da APA relativamente ao pedido de qualificação daquela praia como Praia Fluvial, que é o organismo público que tem a competência em Portugal fazer esta certificação. Mais informou que Mação enviou a documentação para o efeito, com os dados que eram necessários, nomeadamente no que diz respeito às análises da qualidade da água e, até hoje, aguardamos resposta à nossa solicitação. No que diz respeito à Pista da Boavista, referiu que a Câmara tem aquela pista desde 1983/1984 e, durante todos estes anos há uma entidade que tem feito, de alguma forma, a gestão daquela pista e, mais do que isso, é responsável pela realização de mais de 60 provas no nosso concelho e tem, ao longo destes anos, trazido a Mação milhares e milhares de pessoas e ajudado à promoção do concelho e considera que devemos ser gratos a quem tem organizado as referidas provas, independentemente de todos podermos discutir se as coisas poderiam ser feitas de uma outra forma, com maior envolvimento, eventualmente, da população do concelho, com maior transparência, com maior abertura, tudo isso é verdade, mas é isto que tem acontecido. Mais referiu que a pista tem servido, durante muitos anos, para que, de uma forma um pouco adoc, sejam lá feitos testes, a pista está aberta e vão sendo lá feitos os testes fora de época por alguns pilotos e, durante algum tempo atrás, a Câmara, de vez em quando, arranjava a pista para esses testes poderem ser realizados. Referiu ainda que, obviamente que havendo uma entidade que se dedica em exclusivo a esta atividade e só realiza provas naquele local, que é Clube Automóvel da Mação, considera que será de bom tom haver uma coordenação entre a Câmara e essa entidade no sentido de haver ali uma gestão relativamente àquilo que é a utilização da pista e é isto que, neste momento, está a acontecer. Relativamente à questão dos custos, que é a parte principal, se as pessoas pagam ou não pagam, o conhecimento que tem, que é

generalizado e que é o que está subjacente à questão da vogal Carla Loureiro, é que, quando existe apoio por parte do Clube Automóvel de Mação às pessoas que lá vão fazer testes, nomeadamente com algum cilindro ou rega da pista para não levantar pó e outras situações similares, há uma cobrança desses serviços, contudo, porque esta situação necessita, há muito tempo, de ser regularizada, está previsto um Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e o Clube Automóvel da Mação, no sentido de clarificar a questão da gestão da pista, bem como as Normas de Funcionamento da mesma, para que as coisas fiquem devidamente clarificadas. Mais informou que já estão feitos 3 portões para serem colocados nas 3 entradas da pista propriamente dita para evitar que haja ali uma utilização abusiva, sem ser minimamente controlada por qualquer uma das entidades, nomeadamente e principalmente, pela Câmara Municipal de Mação.

Relativamente à questão sobre o abastecimento de água referida pelo vogal José Fernando Martins, que estão a ser feitos novos reservatórios, referiu que, daquilo que é do seu conhecimento, foram feitos 4 reservatórios para efeitos de redundâncias de abastecimento, ou seja, para salvaguarda de algumas situações, nomeadamente em Casal da Barba Pouca, em Freixoerinho, em Colos e Carrascal de Envendos. Mais referiu que não tem ideia, mas pode-se informar melhor, que esta empreitada tenha necessidade de ter mais reservatórios do que aqueles que referiu, que nem têm propriamente até a ver com a empreitada, são locais onde a Tejo Ambiente entendeu que faria sentido ter reservatórios por causa do historial e por situações que possam vir a acontecer de alguma falha no futuro.

Relativamente à intervenção do vogal José António Almeida, referiu que as obras na Escola já foi conversada entre ambos e a recomendação da Sala de Alunos mais robusta também já se concluiu que o valor dessa intervenção tem algum significado, mas considera que haverá condições para, no próximo ano, a Câmara conseguir resolver este problema e este anseio do Agrupamento de Escolas. Mais referiu que os serviços estiveram no Agrupamento esta semana para se fazer um projeto de alteração com a finalidade de se fazerem mais duas salas de aulas, o que também vai ajudar ali a resolver algumas situações. Em relação ao Curso de Mecatrónica, referiu que pode ser uma solução a ponderar, sendo certo que temos de ter a consciência de que é uma

intervenção bem mais profunda, pois para fazer uma oficina é necessário um valor muito significativo e considera que temos de ter alguma ponderação muito séria relativamente a esta matéria e não gostaria de assumir aqui este compromisso desta maneira.

Relativamente à intervenção do vogal Daniel Jana, referiu que, sobre os projetos da cannabis, não tem conhecimento há bastante tempo do andamento do projeto de Ortiga e, em relação ao projeto do Alto da Caldeirinha informou que as coisas estão a correr bem dentro daquilo que estava previsto e o que lhe foi transmitido é que, neste momento, já estão com alguns processos de recrutamento de pessoas e, tudo correndo bem, até final do ano existem condições para a laboração daquela unidade. Em relação ao abatimento na estrada, junto à ponte, na entrada sul de Mação, informou que houve um acidente naquele local e houve a necessidade de saber quem tinha sido o autor do acidente, a pessoa foi identificada, fez a participação ao seguro, o perito já foi ao local, a Câmara já elaborou o orçamento que pensa já ter sido aceite pela seguradora e agora compete à Câmara fazer a obra de recuperação do local. Em relação à valeta em Penhascoso, pediu desculpas pelo facto de ainda não estar resolvida. Mais referiu que está em início uma intervenção em Penhascoso, na Rua da Pinheira no acesso à EN 3, requalificar um pouco do acesso até à casa do Sr. Luís Loureiro e, uma vez que os serviços estão lá, poderá ser uma boa altura para se resolver o assunto da valeta, mas fica registada a nota. Relativamente à Creche referiu que não tem muitas informações, pensa que não foi feita nenhuma candidatura entretanto, infelizmente, pensa que vai abrir uma nova fase de candidaturas e aquilo que soube, informalmente, foi que desta vez irá haver possibilidade de fazerem a candidatura e, portanto, vamos aguardar que assim seja e, se assim não for, voltamos e considera que a Câmara deve avançar com uma iniciativa municipal, conforme já foi aqui referido, se a situação se mantiver e a Santa Casa da Misericórdia de Mação não conseguir resolver o problema, conforme se comprometeu com a Câmara. Em relação à Tejo Ambiente e aos contentores para os eventos, referiu que deve haver alguma confusão pois a Câmara tomou uma deliberação no sentido de assumir todos os custos inerentes à contentorização de todos os eventos e festas de verão e a Câmara tem uma dotação superior a 20.000,00€ em Orçamento, para esse efeito, todas

as semanas fazemos requisições junto da Tejo Ambiente para o efeito e, portanto, pediu que ajudassem a passar esta mensagem para fazerem chegar um mail à Câmara com o número de contentores que necessitam e serão pedidos pela Câmara à Tejo Ambiente, procedimento que está já a ser feito por várias associações e comissões de festas. Em relação à varredora da Câmara referiu que compreende o que o vogal Daniel Jana quer dizer, regista a nota, mas considera que esta questão é um pouco um “pau de dois bicos”, pois ou se limpa ou não se limpa.

---O vogal José Fernando Martins interveio para referir que seria importante verificar a questão dos depósitos de água, nomeadamente da aldeia de Cerro do Outeiro, não tem dúvidas que a nascente que tem estado a abastecer até possa ter água de qualidade e que deu estes anos todos, mas há problemas no reservatório e, muitas vezes a água corre para fora e considera que há aqui uma situação que tem de ser indagada e tem de ser resolvida pois alguns reservatórios não têm qualidade para manter a água com boa qualidade e deixa a recomendação à Câmara para essa situação.

---O Sr. Presidente da Câmara referiu que, no Plano de Atividades, Orçamento e Plano plurianual de Investimentos da Tejo Ambiente está previsto ir, paulatinamente, fazendo esse tipo de trabalho. Mais referiu que o problema da água não chegar em boas condições não é só dos reservatórios, é também das condutas.

---O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou referindo que, relativamente à questão sobre a Praia Fluvial de Ortiga, conforme foi devidamente esclarecido pelo Sr. Presidente, a Câmara apresentou a candidatura, enviou todos os elementos necessários e agora aguarda uma resposta da APA e, quando essa resposta vier é que poderemos ter o estatuto oficial de Praia Fluvial e aí sim, existirão outras obrigações, nas quais estará também incluído o nadador-salvador, mas enquanto não houver resposta a Câmara não poderá avançar. Relativamente à questão colocada pelo vogal Daniel Jana sobre as empresas de cannabis, referiu que há bastante tempo que não tem contacto com a unidade de Ortiga e as últimas informações que recebeu foi que estavam com algumas dificuldades no processo, nas autorizações e licenciamento junto do Infarmed, pois foi feita

auditoria e teriam de fazer algumas alterações e devem estar com esse processo ainda em curso.

---A vogal Carla Loureiro referiu que compreende que não haja obrigatoriedade da presença do nadador-salvador na Praia Fluvial de Ortiga, mas considera uma questão de bom senso e de sensibilidade, pois aquele local tem grande afluência de pessoas e pode acontecer algum acidente. Considera que seria uma boa decisão a Câmara ter um nadador-salvador naquele espaço para salvaguardar algum problema que possa ocorrer naquele local.

---O Sr. Vereador Vasco Marques informou que foi salvaguardado no Caderno de Encargos do último concurso essa situação, ou seja, essa responsabilidade não é da Câmara, mas sim do concessionário, mas também é referido no Caderno de Encargos que, no dia em que a praia seja oficialmente considerada como Praia Fluvial, passa a ser obrigatório, durante a época balnear, a presença do nadador-salvador no local. Mais referiu que, da parte da Câmara, o que tem acontecido, e foi assim com o anterior concessionário, é que nós temos algum equipamento, igual ao existente nas outras praias e algum mesmo mais robusto, que é disponibilizado ao concessionário do Bar para alguma situação de emergência que possa acontecer. Lamenta que, da parte da APA demore tanto tempo para darem uma resposta relativamente à candidatura apresentada pela Câmara.

---O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente à questão colocada sobre o projeto da destruição das áquias, daquilo que tem conhecimento, não existe nenhum problema com proprietários em nenhum dos pontos onde o projeto está a desenvolver-se, nem está deixada para trás nenhuma propriedade. Mais referiu que há aqui, no entanto, uma situação que é muito ingrata para a Câmara que é o facto de quando foi feita a candidatura, a mesma era para cerca de 900 hectares e fomos obrigados a reduzir as áreas porque o ICNF cortou o montante disponível para a candidatura e tivemos de abandonar até as áreas que tinham mais áquias, as áreas que já estão “perdidas” e procurámos concentrar esta primeira intervenção nas áreas onde ainda é possível atrasar o processo e, nesse sentido, numa área tão extensa, cerca de 600 hectares, em quinze a vinte locais diferentes, é muito difícil fazer a delimitação do projeto de maneira a apanhar as manchas todas e o problema que nós temos neste momento é que,

ao empreiteiro está adjudicada uma mancha que vai ser fiscalizada pelo ICNF, se foi executada ou não e andamos a procurar uma forma de, em alguns locais, arranjar uma forma para que não fique uma “pontinha” de fora, porque a mesma não está abrangida pelo projeto, não está na candidatura, não vai ter financiamento, mas devíamos conseguir fazer mais aquele bocadinho, mas isso vai exigir trabalhos a mais, vai exigir financiamento para além dos 10% que a Câmara já paga do montante global da candidatura, que são mais de 100.000,00€ + IVA e, portanto, é difícil ainda assumir mais trabalhos a mais. Mais informou que os trabalhos têm estado a correr bem, os proprietários compreenderam a importância da ação, estão contentes e o que queriam era que alargássemos ainda mais a área de ação, mas neste momento não nos é possível porque, ainda assim, é um investimento de mais de 600.000,00€, que está a ser feito, para atrasar as águas, pois este processo, por si, não resolve o problema, elas vão voltar a rebentar e, por isso, é que a intervenção também prevê, dentro de dois anos, a repetição da ação nestes territórios, para tentar matar o que entretanto aparecer. Relativamente às fontes, referiu que, efetivamente a Fonte Nova de Cardigos é uma aspiração de há muitos anos, mas temos uma dificuldade, é que a menos de duzentos metros temos outra fonte arranjada, bonita, a funcionar e temos ainda muitas outras fontes que estão por arranjar e temos muitas aldeias e muitos locais que não têm nenhuma fonte arranjada, pelo que é difícil arranjar duas fontes, ao pé uma da outra, quando há sítios que não têm nenhuma. Mais referiu que, apesar da dificuldade com pessoal, pois perdemos alguns pedreiros, temos um enorme carinho pelas nossas fontes, gostaríamos de arranjar todas elas, mas ainda temos seguramente mais de cem fontes a necessitar de requalificação, que merecem ser preservadas, mas que ainda não foi possível lá chegar, mas é um esforço contínuo.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, como todos têm conhecimento a Feira Mostra 2023 realizar-se-á de dia 28 de junho até ao dia 2 de julho de 2023 e, antecipadamente, deixa uma palavra de agradecimento a todos que colaboram com a Câmara para a realização deste evento, apela à presença de todos e reitera o convite que foi feito a todos para, no dia 30 de junho, fazer a visita oficial à Feira. Continuou referindo que este fim de semana teremos em Mação a Feira Empresarial, organizada pelo núcleo de Abrantes da Nersant, que reúne os concelhos de Mação, Sardoal, Abrantes e Constância, sendo esta a 3ª edição da mesma. Continuou informando que assinou um despacho para Concurso Público para uma obra em Rosmaninhal no âmbito de uma parceria que a Câmara tem com a União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira. Mais informou que teremos em Mação o início de uma das etapas da Volta a Portugal em Bicicleta 2023 e será a etapa que ligará Mação à Serra da Estrela. Informou ainda que a Câmara conta ter em Concurso Público, até final de agosto, as obras de requalificação da zona central de Cardigos e, até final do ano, a empreitada para a requalificação da Entrada Norte de Mação, até à zona das Escolas e Tribunal e Urbanização Horta da Nora. Mais informou que amanhã, dia 23 de junho, será assinado um Protocolo entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e o Ministério da Habitação, no sentido de, na região ser construída, reabilitada, disponibilizada, habitação em regime de arrendamento acessível e, no âmbito deste Protocolo, a Câmara Municipal de Mação sinalizou um investimento total superior a 4,2 milhões de euros.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos;**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, para cumprimento da legislação, solicita ratificação do apoio que a Câmara deu à Junta de Freguesia de Envendos, conforme é habitual, para a logística inerente à Feira dos Sabores daquela freguesia.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade ratificar a decisão da Câmara de apoiar a Junta de Freguesia de Envendos.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação de proposta de Regulamento do Cine Teatro Municipal de Mação.**

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Margarida Lopes iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou referindo que o documento aqui apresentado é um documento que vai regulamentar o funcionamento do Cine Teatro Municipal de Mação, pois, nestes equipamentos é sempre necessário termos um documento que regule o normal funcionamento dos mesmos. Mais referiu que este documento vai-nos permitir também fazermos a credenciação junto da Rede de Cine Tetos e Teatros Portugueses e, desta forma, estando credenciados, vamos poder candidatar-nos a apoios financeiros para a programação a este nível.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o Regulamento do Cine Teatro Municipal de Mação.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação da Consolidação de Contas do Município de Mação, referente a 2022;**

--- O Sr. Presidente da Câmara informou que, pela primeira vez, o Município de Mação, nos termos da Lei, é obrigado a fazer consolidação de contas, fruto de fazermos parte da entidade Tejo Ambiente e, portanto, teremos de fazer esta consolidação de contas e que, basicamente, significa que as nossas contas estão englobadas também nas contas da Tejo Ambiente, na parte que nos compete, relativamente à nossa percentagem de participação e diz a Lei que, durante o mês de julho esta consolidação terá de ser feita. Mais referiu que, obviamente, não tem aqui alterações significativas naquilo que são as contas da Câmara Municipal de Mação, mas as mesmas são apresentadas tendo em consideração os resultados que também foram obtidos pela Tejo Ambiente, que se fletem nas contas da Câmara e, portanto, estão agregadas como sendo

uma só, de acordo com os resultados das duas entidades, Câmara Municipal de Mação e Tejo Ambiente.

---O vogal José Fernando Martins questiona sobre porque é que nos anos anteriores, em que já existia a Tejo Ambiente, não foi feita esta consolidação de contas, conforme foi feito este ano.

---O Sr. Presidente da Câmara referiu que a questão colocada faz todo o sentido e informou que o primeiro ano inteiro em que a Tejo Ambiente existia foi 2022 e havia, nos serviços, dúvidas relativamente a este assunto, se existia ou não obrigatoriedade, e a nova Chefe de Divisão referiu esta evidência, que está na Lei e, como o primeiro ano completo foi 2022, tem essa razão subjacente. Referiu ainda que nem todos os municípios da Tejo Ambiente estavam a fazer esta consolidação, pois havia algumas questões sobre a obrigatoriedade da mesma e está claro que é obrigatório, por isso foi elaborada esta consolidação.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com oito abstenções, a Consolidação de Contas do Município de Mação, referente a 2022.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Análise do Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas;**

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que não há aqui também alterações muito significativas relativamente àquilo que já foi referido na apresentação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara, relativamente ao ano de 2022, verificando-se o ênfase relativamente a que a Câmara, no cumprimento da Lei, fez provisões significativas, no valor de mais 500.000,00€, relativamente às faturas da Tejo Ambiente que estavam em causa, valor esse que contribuiu para o resultado líquido negativo que apresentamos e, conforme referiu em abril, não fora esta questão e teríamos apresentado um resultado positivo do exercício.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Análise e eventual deliberação sobre**

## **Concessão do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro – Extinção do Procedimento;**

--- O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que foi trazido a esta Assembleia, no final do ano passado, o procedimento para a concessão do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro que não teve nenhum concorrente e foi repetido, com o mesmo Caderno de Encargos, voltando a não ter concorrentes e, numa fase mais recente, tendo em conta que os procedimentos anteriores tinham ficado desertos, foi feito um procedimento, com o mesmo Caderno de Encargos, de convite a duas entidades que tinham demonstrado interesse nesta concessão, junto da Câmara e ficámos à espera da apresentação de propostas dos mesmos e, para surpresa nossa, não apareceu nenhuma proposta. Assim, neste momento não temos concessionado o Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro para esta época balnear. Mais referiu que, tendo em conta o esforço que a Junta de Freguesia tem vindo a fazer, nomeadamente no passado fim de semana, para que o problema se resolva e, dando também continuidade à política de transferência de competências para as Juntas de Freguesia na matéria da gestão das Praias Fluviais, que existe já há vários anos em Ortiga, Cardigos e Carvoeiro, e que tem sido bastante bem sucedida. Assim, propõe a extinção do procedimento para concessão do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro e, na sequência do Acordo de Execução que já existe, a concessão do Bar fosse acrescentada às responsabilidades da Junta de Freguesia tem vindo a assumir perante o Município e, desta forma, tentaríamos resolver este grande problema para esta época balnear.

--- A vogal Carla Loureiro felicitou a Junta de Freguesia de Carvoeiro pois considera que isto será uma grande tarefa e é de louvar terem aceite a mesma. Mais referiu que é de lamentar que o concurso tenha ficado deserto duas vezes, considera que, provavelmente, esta matéria terá de ser repensada, talvez serem lançados mais cedo e ser alterada a estratégia do mesmo, mas o executivo saberá como estas coisas funcionam. Solicita informação sobre os deveres da Junta de Freguesia relativamente ao Bar, nomeadamente à obrigatoriedade de abertura do mesmo todos os dias ou alguns dias, ou se essas questões ficam completamente à responsabilidade da Junta de Freguesia.

---O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que a Câmara está a passar a responsabilidade do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro para a Junta de Freguesia de Carvoeiro e caberá à mesma decidir como fazer em relação ao mesmo, mas o objetivo de todos é que o Bar esteja aberto toda a época balnear, pois temos Bandeira Azul há 17 anos e temos todos o objetivo de a manter. Mais referiu que, no Acordo de Execução existe um plafond atribuído à Junta de Freguesia que tem sido sempre suficiente e nunca esgotado e, o que está previsto é que, dentro desse plafond, se a Junta de Freguesia tiver encargos que não estavam previstos inicialmente, poderão usar o plafond que está atribuído para a gestão da praia, mas de mais à frente se verificar que, com esta nova responsabilidade haja necessidade de reforçar o mesmo, essa questão será trazida de novo a este Órgão e votada alguma alteração que seja necessária.

---O vogal José Fernando Martins referiu que quer deixar apenas uma recomendação relativamente ao Acordo de Execução existente, pois o mesmo tem como objetivo a manutenção do espaço da praia e esta situação nada tem a ver com isso, é uma responsabilidade diferente e acrescida, são coisas completamente distintas e deve ser tomada em atenção.

---O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que, como afirmou anteriormente, em caso de necessidade o Acordo de Execução voltará a este Órgão para ser revisto.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a extinção do procedimento para concessão do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro e a concessão do mesmo para a Junta de Freguesia de Carvoeiro.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Análise do Auto de Transferência de Competências na Área da Saúde.**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que este assunto já veio mais do que uma vez à Assembleia Municipal e só vem provar aquilo eu sempre aqui disse que o processo estava a ser muito mal conduzido pelo Governo, tendo-se passado o mesmo com a Ação Social e na área da

Saúde com estas evoluções relativamente às verbas a transferir e àquilo que eram as condições iniciais, dando como exemplo que estava previsto que era impossível fazer pagamentos para os arranjos exteriores porque a Câmara já os fazia e a DGAL não permitia que fossem pagos e, agora, neste mail vem dito que se “prevê um conjunto de verbas adicionais e procedimentos que estão fora do Auto mas garantidas por Lei, a processar brevemente – Áreas exteriores – 0,50€/m<sup>2</sup> por ano.”, o que demonstra como as coisas foram feitas e que, se calhar, o executivo tinha alguma razão ao propor a não assunção destas responsabilidades. Mais referiu que, obviamente, existe aqui uma urgência, por parte do Governo, em assinar estes Autos, conforme vem escrito no referido mail: “Em primeiro lugar aproveito para reforçar que a transferência de competências é uma das primeiras metas do PRR em saúde, que importa cumprir para garantir os níveis de financiamento esperados.”, ou seja, se o Governo não conseguir, até 30 de junho, assinar os Autos com 90% dos municípios, perde dinheiro do PRR, pois comprometeu-se com isso junto de Bruxelas. Referiu ainda que tem conversado com o Adjunto do Ministro da Saúde e foi feita esta proposta que levou a reunião de Câmara e que foi aprovada e que, como considera que somos todos pessoas de bem, considera que devemos ter uma atitude proactiva e também ajudar o Governo a atingir os seus objetivos que, no fundo, são os objetivos do país porque também devemos todos ser solidários uns com os outros. Assim, propõe à Assembleia, como propôs na Câmara, que este Auto de Transferência seja aprovado com a condição que seja aceite da parte do Governo que seja acrescentado a este documento o seguinte:

“O presente Protocolo entra em vigor no dia 1 de setembro de 2023, tem a duração de 1 ano, sendo renovado automaticamente por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer dos outorgantes.

O presente Protocolo será avaliado a cada 6 meses, por parte do Município de Mação e do Ministério da Saúde, no respeito dos princípios inerentes ao não aumento de despesa dos municípios em consequência da transferência de competências.”

Mais referiu que o Governo, quando elaborou a Lei da Descentralização garantiu que não iria haver aumento de despesa para os municípios e, portanto, era só isto ficar aqui devidamente clarificado e, se houver desvios de

aumento de despesa, o Protocolo poderá ser revisto e, portanto, considera ser uma condição perfeitamente lógica pois não tem garantias de que isto não possa vir a ser prejudicial para o nosso município, dado as divergências que têm acontecido ao longo do tempo, relativamente a esta matéria e, assim, fica esta salvaguarda e será uma forma de resolvermos o assunto.

---O vogal José Fernando Martins solicitou informação sobre se o documento foi aprovado em reunião de Câmara com estas clausulas.

---O Sr. Presidente informou que o documento foi aprovado com a clausula de salvaguarda desta posição de que não pudesse haver aumento de despesa para o município.

---O Sr. Presidente referiu que, após a Assembleia Municipal irá propor ao Governo a inclusão das clausulas no documento e que seja redigido um novo documento, se as mesmas forem aceites, que deverá vir de novo à Assembleia Municipal.

--- Seguidamente e relativamente ao ponto 7) da Ordem de Trabalhos, após troca de opiniões sobre o mesmo, a Assembleia Municipal de Mação deu parecer favorável à assinatura do Auto de Transferência de Competências apresentado, com a recomendação da inclusão no documento do proposto pelo Sr. Presidente da Câmara.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.

